



**ANÚNCIO DE ABERTURA DE PERÍODO DE APRESENTAÇÃO
DE CANDIDATURAS**

N.º 001 / APRODER/ 10213 / 2016

DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

(Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio e Portaria n.º 249/2016 de 15 de setembro)

A submissão de candidaturas é efetuada entre **25 de Outubro (09:00:00) e 30 de Dezembro (17:29:59) de 2016** ao abrigo do disposto na Portaria supra identificada, que estabelece o regime de aplicação da Ação n.º 10.2. do PDR 2020, na tipologia referida na alínea c) do art.º 2.º da referida Portaria.

Nos termos do artigo 52.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, são os seguintes termos e condições aplicáveis ao presente Anúncio:

1. OBJETIVOS E PRIORIDADES VISADAS

As candidaturas apresentadas devem prosseguir os seguintes objetivos:

- a) Estimular o desenvolvimento, nas explorações agrícolas, de atividades que não sejam de produção, transformação ou comercialização de produtos agrícolas previstos no anexo I do TFUE, criando novas fontes de rendimento e de emprego;
- b) Contribuir diretamente para a manutenção ou melhoria do rendimento do agregado familiar, a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.

2. TIPOLOGIA DAS INTERVENÇÕES A APOIAR

A tipologia de intervenção a apoiar respeita a investimentos em atividades económicas não agrícolas nas explorações agrícolas cujo custo total elegível, apurado em sede de análise, seja igual ou superior a 10 000 EUR e inferior ou igual a 200 000 EUR.

As atividades económicas elegíveis são as seguintes:

1. Unidades de alojamento turístico nas tipologias de turismo de habitação, turismo no espaço rural nos grupos de agroturismo ou casas de campo, alojamento local, parques de campismo e caravanismo e de turismo da natureza nas tipologias referidas — CAE 55202; 55204; 553; 559 apenas no que diz respeito a alojamento em meios móveis; 55201.
2. Serviços de recreação e lazer — CAE 93293; 91042; 93294.



3. Outras CAE definidas pelo GAL APRODER:

20420 – Fabricação de Perfumes, cosméticos e produtos de higiene; 35113 – Produção de eletricidade de origem eólica, geotérmica, solar e de origem, n.e ; 85510 – Ensinos Desportivo e recreativo; 91020 – Actividades dos museus; 93192 – Outras atividades desportivas, n.e.

4. Nas CAE da divisão 01 são elegíveis as atividades dos serviços relacionados com a agricultura (01610) ou com a silvicultura e exploração florestal (024).

3. ÁREA GEOGRÁFICA ELEGÍVEL

A área geográfica correspondente ao território de intervenção do GAL APRODER, a saber: (Azambuja, Cartaxo, Rio Maior e Santarém, com exceção de parte do núcleo urbano da cidade de Santarém).

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTAL

A dotação orçamental total é de 300.000 EUR.

5. NÚMERO MÁXIMO DE CANDIDATURAS ADMITIDAS POR BENEFICIÁRIO

Apenas se admite uma candidatura por beneficiário durante a vigência temporal do presente anúncio.

6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os candidatos ao presente apoio e os investimentos propostos devem reunir as condições de admissibilidade exigidas nos artigos 21.º, 22.º e 23.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio.

7. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO E RESPECTIVOS FACTORES, FÓRMULAS, PONDERAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

As candidaturas devidamente submetidas que cumpram os critérios de elegibilidade dos beneficiários e das operações, previstos nos artigos 21.º, 22.º e 23.º da Portaria supram identificadas, são seleccionadas para hierarquização.

As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Valia Global da Operação.

A metodologia de apuramento da Valia Global da Operação utilizada para a selecção e hierarquização dos pedidos de apoio assenta na aplicação da seguinte fórmula:

$$VGO = 0,05 JA + 0,15 PT + 0,10 PUE + 0,25 TIR + 0,45 EDL$$

Em que,

JA - Candidatura apresentada por jovem agricultor em primeira instalação

Pontuação atribuída em função do promotor se enquadrar no conceito de primeira instalação nos termos do regime de aplicação da ação 3.1 – Jovens agricultores.

PT - Criação líquida de postos de trabalho

Pontuação atribuída em função de a candidatura prever, ou não, a criação de postos de trabalho, de acordo com a definição da alínea f) do art.º 4.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio.

PUE - Candidatura com investimento relacionado com proteção e utilização eficiente dos recursos

Pontuação atribuída em função de ocorrer um aumento do volume de vendas registado após o investimento e/ou a diminuição dos custos de produção após o investimento, ou serem considerados elegíveis na análise investimentos que visem a proteção e ou melhoria na eficiência de utilização dos recursos:

Rubricas Sub-rubricas

Imateriais Certificação no domínio da eficiência energética ou das energias renováveis;
Certificações Ambientais;
Estudos e trabalhos de consultoria no domínio da eficiência energética ou das energias renováveis.

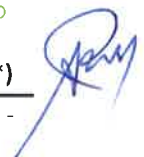
Materiais Edifícios e outras construções afectos a investimentos na melhoria da eficiência energética;
Edifícios e outras construções afectos a investimentos para a utilização de energias renováveis ou valorização/reutilização de subprodutos;
Equipamentos afectos a investimentos para a utilização de energias renováveis ou valorização/reutilização de subprodutos;
Equipamentos afectos a investimentos na melhoria da eficiência energética.

TIR - Criação de valor económico

Pontuação atribuída em função de o projeto de investimento apresentar uma Taxa Interna de Rentabilidade (TIR) igual ou superior a 1,5%.

EDL - Nível de contribuição da candidatura para os objetivos da EDL

Pontuação atribuída em função do contributo da candidatura para os objetivos da Estratégia de Desenvolvimento Local.



Critério	Subcritério	Pontuação (*)
EDL	<p>Contribuição para a inovação, modernização e competitividade da exploração agrícola</p>	<p>Não Cumpre - 0</p>
	<p>(Investimento em novas áreas de negócio, tais como, criação de novos produtos/ serviços diferenciados, marketing, e/ou desenvolvimento tecnológico. Comprovadas através da inexistência ou inscrição da CAE na declaração de início de atividade, há menos de 6 meses; Memória descritiva e orçamentos. Declaração de Parceria ou contrato reduzidos a escrito com entidades regionais de I&D, e empresas do setor da atividade candidatada.)</p>	<p>Cumpre - 20</p>
	<p>Capacidade técnica</p>	<p>Não Cumpre - 0</p>
<p>(Evidência de experiência profissional e/ou formação/ qualificação na atividade a desenvolver; Candidaturas apresentadas por beneficiários com nível de qualificação igual ou superior a IV (de acordo com o Quadro Nacional de Qualificações disponível em www.catalogo.anqep.gov.pt/Home/QNQ) ou, no caso de sociedades, quando pessoa(s) com esse nível de qualificação detém, direta ou indiretamente, uma participação no capital social igual ou superior a 50% ou quando exercem funções de gerência. Comprovada através da apresentação do Currículo Vitae e respetivos certificados.)</p>	<p>Cumpre - 20</p>	
<p>Resposta às necessidades socioeconómicas da região</p>	<p>Não Cumpre - 0</p>	
<p>(Iniciativas promotoras de crescimento económico através do reforço e organização das cadeias de valor assentes nos recursos endógenos do território;</p>	<p>Cumpre - 20</p>	
<p>Utilização de serviços e produtos locais ou produtos inseridos em regimes de qualidade reconhecida (Biológico ou Produção Integrada, DOP, IGP, etc.) na atividade de diversificação a desenvolver (comprovado através de certificado emitido por OPCC reconhecidos);</p>		
<p>Investimentos que integrem atividades económicas complementares relevantes para o território, designadamente, atividades tradicionais ligadas ao cavalo, touro e ao campino, de valorização da gastronomia, dos produtos locais, e património local, e atividades animação turística (definidas no ponto n.º 2).</p>		
<p>Comprovado através do CAE de Atividade secundária ou da nova atividade económica criada. Declaração de parceria/ protocolo ou contrato reduzidos a escrito com entidades regionais.)</p>		

Aos critérios de seleção indicados será atribuída a pontuação de 20 ou 0, em função de o promotor cumprir ou não cada um dos critérios de seleção, e uma pontuação entre 20 e 0 para o critério de seleção EDL (Pontuação 0 - se não cumpre nenhum critério; Pontuação 10 - se cumpre um critério; Pontuação 20 - se cumpre dois ou mais critérios).

Em caso de empate, as candidaturas são hierarquizadas entre si de acordo com os seguintes critérios:

- 1º Candidatura com maior pontuação na valia da EDL;
- 2º Candidatura com maior número de postos de trabalho a criar;
- 3º Candidatura com maior valor de investimento elegível;
- 4º Candidatura com maior valor da TIR;
- 5º Candidatura apresentada por Jovem Agricultor;
- 6º Ordem de receção de candidatura no sistema de informação.

Nos termos do n.º 7 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro a pontuação mínima necessária para a seleção das operações candidatas não pode ser inferior ao valor mediano da escala de classificação final de 0 a 20.

As candidaturas que não obtenham a pontuação mínima de dez pontos são indeferidas.

Nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 54.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, com a redação dada pela Portaria n.º 249/2016 de 15 de setembro, as candidaturas que tenham obtido classificação igual ou superior à pontuação mínima necessária para seleção das operações e para as quais não tenha existido dotação orçamental, transitam para o período de apresentação de candidaturas seguinte, até ao máximo de dois períodos consecutivos, findo os quais a candidatura é indeferida.

8. FORMA, NÍVEL E LIMITES DOS APOIOS

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídio não reembolsável até ao limite máximo de 150 000 EUR de apoio por beneficiário, durante o período de programação.

O nível de apoio a conceder no âmbito do presente período de apresentação de candidaturas, com base no custo total elegível, apurado em sede de análise, dos investimentos propostos na candidatura, em percentagem, é de 40% sem criação líquida de postos de trabalho e 50% com criação líquida de postos de trabalho, conforme definido no Anexo VIII da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio.

9. DESPESAS ELEGÍVEIS E NÃO ELEGÍVEIS

Com exceção das despesas referidas no n.º 1 do anexo VII, da Portaria citada, apenas são elegíveis as despesas efetuadas após a data de submissão da candidatura.

As despesas elegíveis e não elegíveis são, designadamente, as constantes do Anexo VII da mesma Portaria.

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

As candidaturas são submetidas através de formulário eletrónico disponível no sítio no portal do Portugal 2020 em www.portugal2020.pt, do PDR2020 em www.pdr-2020.pt ou no sítio do GAL APRODER em www.aproder.pt e estão sujeitos a confirmação por via eletrónica a efetuar pela entidade recetora.

11. MEIOS DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

O presente Anúncio e demais informação relevante, nomeadamente legislação, formulário, orientação técnica que inclui a lista de documentos a apresentar, estão disponíveis no portal do PORTUGAL 2020, em www.portugal2020.pt, no portal PDR 2020 em www.pdr-2020.pt e no sítio do GAL APRODER em www.aproder.pt, podendo ainda ser obtidos esclarecimentos junto do GAL APRODER através do endereço aproderstr@gmail.com ou pelo telefone 243 333 894.

O presente Anúncio é ainda publicitado em dois órgãos de comunicação social.

Santarém, 14 de Outubro de 2016

O Presidente do órgão de Gestão do GAL APRODER



Adelino da Costa Bernardes